

IAOD da Deputada Chan Hong em 01.04.2015

Definir um plano a longo prazo para a educação e responder às solicitações do sector

A educação tem implicações com dezenas de milhares de famílias e com o desenvolvimento a longo prazo de Macau. O Governo persiste na promoção da prosperidade de Macau através da educação e na sua construção através da formação de talentos enquanto linhas orientadoras da sua acção. O desenvolvimento da educação tem sido promovido através de legislação, políticas, recursos e medidas, e já se obtiveram alguns resultados. Neste momento, o sectores do jogo e do turismo entraram numa fase de ajustamento, e para atingir a diversificação económica, o Governo tem de reforçar o apoio à educação, com vista a ultrapassar as dificuldades e a desenvolver a educação de forma contínua e tendo em conta os planos definidos, com vista a garantir a formação de diferentes talentos. O sector da educação está sempre atento à falta de espaço, ao não aperfeiçoamento dos diplomas correspondentes, à insuficiência de vagas escolares, etc., portanto, espera que o Governo cumpra a promessa de dar prioridade ao desenvolvimento da educação e que avance, quanto antes, com as seguintes tarefas:

1. Planeamento dos espaços e aperfeiçoamento do ambiente

O sector espera que o Governo concretize, quanto antes, a sua promessa de reservar terrenos nos novos aterros para fins educativos, pois, até ao momento, ainda não se viu nada de concreto. A maior parte das escolas de Macau debate-se com limitações de espaço, neste momento, estão instaladas em pódios de edifícios 17 escolas. Hong Kong optou pelas “Millennium schools” e “Post-millennium schools”, com projectos que definem os espaços, as áreas e as instalações escolares, e que garantem aos alunos um bom ambiente para a sua aprendizagem e crescimento. Em Macau, as escolas lutam com falta de espaço, o que é uma injustiça para com os alunos, e não existem nem projectos nem calendarização para rever a situação. O Governo deve então concretizar, quanto antes, a sua promessa de reservar terrenos nos novos aterros, definindo os respectivos projectos e calendarização. Os alunos já não podem esperar mais! A minha expectativa é que, no prazo de 5 anos, o Governo resolva o problema das escolas instaladas em pódios de edifícios e prepare as diversas instalações escolares necessárias, tendo em conta as alterações demográficas.

2. Reforçar a elaboração de legislação sobre educação e melhorar os respectivos regimes

O Governo vai proceder à revisão intercalar do Planeamento para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020). A legislação sobre educação é um tema ao qual a sociedade presta grande atenção. Falta elaborar e rever muita legislação nesta área, designadamente, o Estatuto da Educação Contínua, o Regime de Subsídios para o Ensino Recorrente, o Mecanismo de Avaliação Padronizada para o Ensino Recorrente, as Habilitações Básicas das

Disciplinas para o Ensino Secundário Complementar, a Lei da Escolaridade Obrigatória, o Estatuto das Escolas Particulares, a Lei do Ensino Especial, e a Lei do Ensino Técnico-profissional, entre outras. Face a tão grande volume de trabalho, há que acelerar os respectivos processos legislativos, e o Governo deve então, para o efeito, definir uma calendarização e reforçar as consultas e estudos.

3. Planear melhor as vagas tendo em conta as alterações demográficas

Nos últimos anos, registou-se um aumento contínuo da taxa de natalidade, situação que se prevê venha a manter-se nos próximos anos. É estreita a relação entre o desenvolvimento da educação e as alterações demográficas, caso da procura de vagas nas creches e jardins de infância, que tem sido maior do que a oferta nos últimos anos, demonstrando de forma evidente a falta de articulação entre o planeamento e as reais necessidades. Com a construção de novos edifícios nos barros comunitários, aumentaram as necessidades de instalações educativas. O Governo deve assumir uma visão prospectiva na definição das políticas educativas a médio e longo prazos, e estas devem ter em consideração vários factores, sendo um deles a política demográfica. E deve, em primeiro lugar, proceder a estudos sobre as crianças em idade escolar e sobre a localização das escolas, de modo a resolver o problema das vagas, distribuindo-as de forma razoável pelos diversos bairros.

IAOD dos Deputados Song Pek Kei e Chan Meng Kam em 01.04.2015

Conjugar esforços para avançar com a abertura do concurso público e construção do traçado de Macau do Metro Ligeiro

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do deputado Chan Meng Kam.

Um dos temas mais importantes das LAG é a melhoria do trânsito rodoviário, tendo o Chefe do Executivo salientado a importância do metro ligeiro enquanto transporte público. Após várias consultas públicas e com o apoio do Governo Central, efectuaram-se pequenos ajustamentos ao traçado do metro ligeiro, nomeadamente, nos novos aterros do Porto Exterior. Sabemos que o Governo está atarefado com os atrasos nas obras do metro ligeiro e que está a implementar medidas para resolver, quanto antes, os problemas do traçado da Taipa, assim como está empenhado na concepção do traçado de Macau e no seu orçamento, com vista ao início das respectivas obras.

Em Janeiro, o Comissariado de Auditoria (CA) divulgou o 3.º Relatório sobre o Metro Ligeiro, e o Governo deu muita importância a um dos problemas referidos naquele. No dia 10 de Fevereiro, o Chefe do Executivo reuniu com os membros do Conselho Consultivo do Trânsito e, de seguida, afirmou que o metro ligeiro vai ser construído, obrigatoriamente, porque a maioria das pessoas entende que a única forma de resolver os problemas do trânsito são os transportes públicos, portanto, as obras do metro ligeiro vão, obrigatoriamente, avançar, e todos esperam que terminem rapidamente. O Secretário Raimundo do Rosário esteve presente numa reunião de acompanhamento na Assembleia Legislativa, e referiu que o Governo vai decidir, no 1.º semestre deste ano, o traçado da Areia Preta, e que vai ser finalizada parte dos trabalhos de concepção da zona sul do traçado de Macau, portanto, já estão reunidas condições para avançar com o respectivo concurso público.

O Governo está a enfrentar as críticas do CA, os enormes atrasos das obras do parque de materiais e da oficina do metro ligeiro da Taipa, as atenções da sociedade e a saída dos dirigentes do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes. Os residentes estão bastante preocupados, pois não sabem se o Governo vai dar cumprimento ao espírito das LAG, se vai conseguir decidir sobre o traçado da Areia Preta e respectivo orçamento no 1.º semestre, e se vai conseguir avançar, quanto antes, com o respectivo concurso público.

Atendendo ao ritmo de andamento, se os diferentes concursos avançarem e as obras forem realizadas em simultâneo, vão ser necessários 4 ou 5 anos até estarem prontas, e se as obras do traçado de Macau se realizarem no 1.º semestre, só vão estar concluídas lá para 2020. Assim, a Política Geral de Trânsito e Transporte Terrestres de Macau, que tem no metro ligeiro a sua “coluna vertebral”, será impossível de concretizar. Atendendo ao ritmo da sua construção, acredito que o comboio intercidades que vai ligar Hengqin ao Aeroporto de Zhuhai

vai entrar em funcionamento antes do nosso metro ligeiro, uma vez que ainda nem existe um plano para a ligação entre a Taipa e Hengqin. Assim, quando entrar em funcionamento a ponte HK-Macau-Zhuhai, as regiões vizinhas vão ter um bom ambiente e boas condições de transportes, e a desarticulação entre estes e os de Macau vai afectar a cooperação regional e a construção de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Portanto, há que acelerar a construção do metro ligeiro e que tomar medidas firmes para acelerar o seu andamento. Portanto, merecem atenção os seguintes aspectos:

Há que aprender com a experiência e que reforçar a capacidade governativa e a eficiência administrativa. O concurso para a construção da oficina da Taipa realizou-se no dia 10 de Abril de 2012, o prazo de construção definido é de 1.014 dias, mas não sabe a data de início; os prazos definidos para os segmentos da Estrada Governador Albano de Oliveira, do Centro da Taipa, do Cotai e do Posto Fronteiriço da Taipa variam entre 849 dias e 1.158 dias, e todas as obras foram iniciadas no dia 13 de Junho de 2012, e excepto por motivos de força maior, devem estar concluídas em Maio deste ano. A maior parte das obras vão terminar ainda este ano, os atrasos não são muito graves, mas quanto às obras da oficina, devido aos sucessivos conflitos surgidos, os atrasos são graves e vão afectar a entrada em funcionamento do metro. Este problema já é antigo, pena é que, nestes últimos dois anos, o Governo tenha fugido dele. No ano passado, o ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas disse que o traçado da Taipa entrava em funcionamento no ano seguinte, para enganar os residentes e fugir à questão dos atrasos. Perante a saída de vários dirigentes principais do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, o actual Secretário tem de encarar, em primeiro lugar, a realidade, ter coragem para assumir as responsabilidades, e reforçar a capacidade governativa e a eficiência administrativa.

Há que reforçar a coordenação e a colaboração interdepartamental – Olhando para a Taipa, todas as obras envolvem as Obras Públicas (DSSOPT), a Aviação Civil (AAC), as Telecomunicações (DSRT) e o IACM. O problema maior é quando implicam alterações do trânsito, pois a decisão de vedar a circulação ou alterar o sentido do trânsito leva meses e quando há remoção de árvores ou deslocação de canos e condutas há que aguardar que o IACM conclua o trabalho. E se as obras são dentro do aeroporto, espera-se anos pela respectiva autorização. É natural que as obras mexam também em canos e condutas das concessionárias de serviços públicos, e quando tal acontece, há que obter autorização de diversas entidades. Se o empreiteiro não pode começar as obras, como é que estas não se hão-de atrasar? Todos os serviços públicos envolvidos são, na maioria, da tutela do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, portanto, basta que este coordene, e que a cooperação entre os serviços públicos seja reforçada, que se coloque a ênfase no interesse público, seja vincada a responsabilidade social das concessionárias de serviços públicos, seja divulgado o nome dos que não cooperam, e pedidas responsabilidades. Estamos crentes de que, assim, será possível andar com as obras para a frente.

Escolha de bons empreiteiros e reforço da cientificidade dos concursos. As

obras do metro ligeiro exigem técnicos especializados de que Macau não dispõe. Portanto, os riscos são maiores se no concurso se admitirem empresas que não têm nenhuma experiência nesse domínio. Há que reflectir seriamente sobre o caso da oficina do metro ligeiro, que deve servir de lição sobre como reforçar a cientificidade e a viabilidade dos concursos públicos, para se escolherem os bons de forma justa e imparcial, e garantir a segurança, a qualidade e o ritmo de andamento das obras.

Há dois anos, entrou em funcionamento o metro Cantão-Zhuhai e as obras de extensão da linha até Hengqin começaram em 20 de Janeiro do ano passado e vão estar concluídas no segundo semestre de 2017. Essa extensão prevê a ligação ao metro ligeiro de Macau e ao Aeroporto de Zhuhai, para depois se fazer a ligação interciudades Cantão-Foshan-Jiangmen-Zhuhai, formando-se assim uma rede integral de transporte por carris na zona oeste do Delta do Rio das Pérolas. Esta região vai então, segundo as previsões, entrar na era moderna dos transportes por carris.

Para retirar o máximo proveito da cooperação regional, há que otimizar o trânsito e a qualidade de vida, reforçar a capacidade de recepção de visitantes, promover a diversificação adequada da economia, acelerar a construção de Macau como centro mundial de turismo e lazer, e ainda que juntar os esforços da sociedade para concluir, quanto antes, a construção do metro ligeiro, de forma a aperfeiçoar o trânsito e os transportes internos, com vista à integração na rede ferroviária da região. Por isso, há que agir para resolver, quanto antes, o problema das obras da oficina do metro ligeiro, e que definir o traçado de Macau e respectivo orçamento, para que se possa avançar, quanto antes, com o concurso público.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 01.04.2015

O crescimento constante da capacidade de recepção de visitantes que tem vindo a registar-se em Macau estagnou no ano transacto, segundo os resultados de um estudo feito pelo IFT (Instituto de Formação Turística) sobre a capacidade de recepção de visitantes no período entre 2013-2014. É, pois, sinal de uma quase saturação ou mesmo saturação, por isso, o Governo apresentou há dias um relatório às autoridades centrais para pedir a optimização ou o ajustamento da política de visto individual, o que merece todo o meu apoio. Além disso, deve este ainda adoptar, tendo em atenção o facto de Macau pretender afirmar-se como Centro Internacional de Turismo e Lazer, medidas de optimização e desconcentração, de promoção da diversificação das origens dos visitantes, e de reforço das infra-estruturas turísticas complementares e da colaboração interdepartamental, de forma que, com o aumento gradual da capacidade de recepção, a indústria de turismo consiga dispor de condições para um desenvolvimento sustentado.

Segundo esses mesmos resultados, a capacidade de recepção situou-se no ano anterior na casa dos 89 a 92 mil visitantes por dia. A indústria do turismo, dado o seu peso, tem sobre a economia um grande impacto. Só que o aumento constante do número de visitantes cria graves problemas à sociedade, nomeadamente, em termos de travessia de fronteiras, transportes, alojamento e visita de pontos de interesse turístico. Macau recebeu, segundo os dados estatísticos, uma média de 95 mil visitantes por dia em Fevereiro passado, o que leva as pessoas a questionar se Macau consegue transformar-se num centro mundial de turismo e lazer.

A integração do posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer no XII Plano Quinquenal pelo País é científica e adequada, mas, pelos vistos, Macau está a deparar-se com deficiências em termos de controlo fronteiriço, transportes, alojamento e cooperação de turismo transfronteiriço, o que não só deixa os visitantes insatisfeitos com o serviço, mas afecta ainda a vida quotidiana dos residentes.

Devido ao aumento constante do número de turistas, é importante aumentar a respectiva capacidade de acolhimento, com vista a construir Macau como um “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Mais, com vista a manter o actual estatuto privilegiado de Macau na área do turismo, deve-se promover mais o desenvolvimento da componente não jogo, melhorar a qualidade do turismo, do ambiente e dos serviços prestados. Melhorar as instalações de turismo é apenas uma medida necessária, mas de curto prazo; a longo prazo e em termos estratégicos, o Governo deve trabalhar em torno do objectivo de transformar Macau num “Centro Mundial de

Turismo e Lazer”, definindo as respectivas estratégias e planos de médio e longo prazo. Nas Linhas de Acção Governativa, o Governo referiu que os serviços competentes da área do turismo iam redigir um “Plano geral para o desenvolvimento da indústria do Turismo”, por isso, espero que o Governo esteja a par, nomeadamente, da tendência do desenvolvimento da densidade populacional e ainda dos planos de desenvolvimento urbanístico, avaliando, de forma abrangente, a capacidade de acolher turistas nas diferentes zonas de Macau. Deve-se ainda avaliar se as instalações disponíveis para o turismo de lazer são suficientes, analisar a forma de diversificar o tipo de turistas e a sua proveniência, assim como identificar as actuais lacunas, deficiências e medidas, e resolvê-las nas respectivas áreas. Com vista a promover o desenvolvimento sustentável da indústria do turismo e lazer de Macau, deve-se ainda ter em conta o problema da utilização dos equipamentos e espaços relacionados com o sector do turismo, pois, ao desenvolver-se este sector, deve-se evitar afectar a qualidade de vida e as deslocações dos residentes, e disponibilizar um serviço de alta qualidade aos turistas.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 01/04/2015

Acelerar a formação do pessoal de saúde e a regulamentação da de prestação de cuidados de saúde

A saúde é o que mais preocupa os residentes. O novo Secretário prometeu “cinco anos dourados” para a área da saúde, mas são ainda muitos os aspectos a clarificar e as situações por regulamentar. Por isso, a falta de pessoal, a formação de médicos em efectividade de funções e a regulamentação dos consultórios médicos são questões a encarar e resolver durante esses “cinco anos dourados”.

A formação de pessoal destina-se a suprir as faltas na área dos cuidados de saúde e a acompanhar o crescimento das necessidades quer desses serviços quer de instalações hospitalares. A falta constante de pessoal médico e as horas extraordinárias que constantemente têm de assegurar

Em Janeiro, o Governo, em colaboração com o Hospital Kiang Wu e 4 instituições sem fins lucrativos, começou a disponibilizar mais informações sobre o tempo de espera para consulta, fazendo deste modo uma triagem dos pacientes, uma medida que mereceu os aplausos da sociedade. Segundo uma dessas instituições, os seus recursos humanos já são escassos e agora, com esta “nova medida de triagem”, o problema agravou-se. Os Serviços de Saúde afirmaram que vão contratar 529 profissionais de saúde, portanto, as instituições sem fins lucrativos estão cada vez mais preocupadas porque não conseguem oferecer salários como os do Governo, por isso, vão ter de enfrentar o problema da saída de trabalhadores.

Segundo as estimativas dos Serviços de Saúde, com a entrada em funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas em 2019, vão ser necessários 1 730 profissionais de saúde. Como é que vai ser resolvida a questão dos recursos humanos? De entre aqueles profissionais, qual vai ser a percentagem de locais? Quantos não residentes serão precisos? O Governo também não divulgou quais são os seus planos para a formação de pessoal.

A insuficiência de recursos humanos é um problema suficientemente grave, por isso, as instituições sem fins lucrativos estão muito preocupadas com a rotatividade de trabalhadores e a sociedade também se questiona acerca do futuro Hospital das Ilhas, se vai ser possível contratar profissionais suficientes.

Para além disso, nas clínicas privadas há alguns médicos que, depois de efectuado o diagnóstico, disponibilizam aos doentes medicamentos sem nome e não passam as respectivas receitas, portanto, há que melhorar as regras, por forma a garantir o direito à informação dos doentes. E em caso de erro médico grave, as autoridades judiciais ou policiais solicitam o relatório da autópsia, mas esta é feita por peritos médico-legais dos Serviços de Saúde, por isso, a

sociedade tem dúvidas sobre a sua imparcialidade. E tudo isto tem a ver com os atrasos na actualização das leis correspondentes.

Pelo exposto, faço as seguintes sugestões:

1. Proceder, quanto antes, à estimativa da procura de profissionais de saúde qualificados e elaborar programas de formação de talentos em articulação com a procura de serviços de saúde e com a construção de hospitais, reforçando a divulgação das respectivas informações, com vista a aumentar a confiança do público no desenvolvimento do sector da saúde;
2. Reforçar e acelerar a colaboração com institutos e estabelecimentos médicos de Guangdong e Hong Kong, reforçar a formação e a especialização dos médicos efectivos e especialistas, e preparar, com dedicação, a criação de uma “faculdade de medicina”;
3. Racionalizar, sistematicamente, o regime jurídico no âmbito da saúde, acelerar o processo legislativo do “Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de Saúde”, rever e alterar os Decretos-leis n.ºs 84/90/M e 100/99/M, regular os actos médicos das clínicas privadas, salvaguardar o direito à informação dos doentes, e proceder, quanto antes, à reforma do estatuto dos peritos médicos oficiais, com o objectivo de salvaguardar a sua independência dos Serviços de Saúde;
4. Estudar a possibilidade de atribuição de subsídios directos ao pessoal médico e de enfermagem dos estabelecimentos sem fins lucrativos, e ponderar, depois da devida análise, a inclusão dos estabelecimentos médicos privados no sistema de triagem.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 01.04.2015
Como é que o Governo vai reduzir os perigos da aquisição de habitação no Interior da China

Exm.º Sr. Presidente,
Caros colegas:

O tema da minha intervenção de hoje é: “Como é que o Governo vai reduzir os perigos da aquisição de habitação no Interior da China”.

Os preços das habitações privadas subiram mais de 10 vezes desde a transferência, e para quem não as consegue adquirir, as habitações em Zhuhai tornam-se muito atractivas. Graças à estreita cooperação entre Macau e a China, o posto fronteiriço de Hengqin passou a estar aberto durante 24 horas. Estes factores incentivam ainda mais a aquisição de habitações na China, e considerando a tendência da referida cooperação, no futuro mais residentes de Macau vão investir, adquirir habitações, e residir na China. Vê-se por toda a Macau publicidade à venda de habitações em construção na China, mesmo quando os promotores ainda não têm a necessária licença para a sua venda, mas é raro ver publicidade sobre as políticas e a legislação aplicável à aquisição daquelas habitações. Segundo alguns residentes, as habitações em Hengqin só podem ser ocupadas daqui a dois ou três anos, mas os compradores já tiveram de antecipar o pagamento de parte ou grande parte do seu custo. Portanto, os direitos e interesses dos compradores de Macau dificilmente serão salvaguardados caso surjam problemas.

Entretanto, alguns promotores não têm licença para a venda das habitações em construção mas continuam a promover as vendas em Macau, que apesar de não terem sido legalmente autorizadas na China, acabam por ser concretizadas em Macau. Como a Lei da actividade de mediação imobiliária regulamenta apenas os mediadores imobiliários e as habitações de Macau, são então grandes os perigos da aquisição de habitações em construção na China.

Recebi no meu escritório dezenas de pedidos envolvendo diversas situações de prejuízo. Verifiquei que nem sempre é garantida a ocupação atempada das habitações, mesmo quando estão em causa promotores de renome ou até habitações em construção com a necessária licença de pré-venda exigida na China. Perante tão elevados riscos, como é que o Governo vai ajudar os residentes de Macau e proteger os seus direitos e interesses patrimoniais? Sugiro às autoridades que procedam, quanto antes, à revisão da Lei da actividade de mediação imobiliária, com vista ao alargamento do seu âmbito de fiscalização, para que as habitações do “exterior” (nomeadamente em construção) à venda em Macau se sujeitem às normas legais vigentes localmente. Para além disso, sugiro ao Governo o estabelecimento de mecanismos de coordenação com o Interior da China, incluindo a criação duma página electrónica de registo das habitações, para que os residentes possam consultar, através da internet, a situação da respectiva licença de pré-venda, e ainda o estabelecimento de um regime para a

publicação duma lista negra de empreiteiros e construtores, com vista a diminuir os riscos da aquisição de habitações no Interior da China.

Estas opiniões e sugestões surgiram enquanto ajudava os residentes de Macau em causa, são preliminares, resultam de mera inspiração minha, e servem apenas para referência do Governo. Espero que este lhes dispense a devida atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 01.04.2015

Nos últimos anos, a sociedade tem levantado dúvidas quanto à falta de critérios uniformizados na qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde, portanto, o Conselho para os Assuntos Médicos, desde a sua criação, tem envidado esforços para criar um regime que possa uniformizar o nível dos profissionais das instituições de saúde públicas e privadas, elevar o seu estatuto profissional e o respeito da sociedade, suprir os recursos humanos do sector e proporcionar maiores garantias de segurança.

O referido Conselho reuniu-se várias vezes para concluir o projecto do “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde”, e o seu esforço merece o nosso reconhecimento. Mas porque é que, após a respectiva sessão de esclarecimento, alguns sectores manifestaram preocupações e dúvidas? Entre estes, o sector de enfermagem tem prestado grande atenção ao assunto. Pertencço a este sector e também participei na sessão de esclarecimento, e discuti com o sector e os estudantes. Na opinião deles, o conteúdo desta proposta de lei não consegue demonstrar a situação real e particular dos profissionais de saúde da linha de frente, e estão preocupados com a sua aplicação, solicitando ao Governo para não legislar precipitadamente. Assim, recolhi opiniões para apresentar ao Conselho, e pedi para assistir à reunião e obtive resposta positiva. O Conselho, depois de ouvir as opiniões do sector, realizou uma reunião extraordinária para o ajustamento do conteúdo da proposta de lei, para uma melhor adaptação às exigências da sociedade. Ontem, na reunião extraordinária, o Presidente demonstrou a sua sinceridade e posição de abertura em relação a esta produção legislativa.

Na qualidade de enfermeira, compreendo a fundo que o anteprojecto foi elaborado sem ter em conta as características específicas da profissão de enfermagem e das instituições educativas. A classe discorda da exigência, controversa desde o início, de mais um exame após a conclusão do curso e do estágio de seis meses, porque entendem os alunos, os professores e a classe que esse exame de aptidão profissional referido no texto é redundante, situação que passa despercebida aos leigos, devido à falta de conhecimentos sobre o curso, os estudos e a pressão enfrentada pelos enfermeiros. Os cursos de ensino superior de enfermagem ministrados pelas duas instituições de Macau são reconhecidos pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES), portanto, o programa de estudos passou pela sua avaliação. Além disso, as instituições têm o seu sistema de autocontrolo, submetendo-se periodicamente a avaliadores internacionais. Sei que a Escola de Enfermagem incumbiu um grupo internacional de proceder à sua avaliação, especialmente da qualidade do curso. A avaliação para o corrente ano vai ser assegurada pela *Quality Assurance Agency* do Reino Unido. Tudo isto demonstra que o curso da escola de enfermagem está sujeito à fiscalização do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES) e é reconhecido pela sociedade. Exige-se aos alunos da escola de enfermagem que, desde o início ao fim do curso, frequentem cursos teóricos de diferente nível e efectuem aprendizagem prática, e que passem pela avaliação da OSCA (*Evaluating*

Objective Structured Clinical Assessment). Através do desempenho de tarefas clínicas, as horas de aprendizagem atingem as 1 840, o que ultrapassa já o padrão internacional, e os orientadores são todos de nível especializado. Na fase intermédia e final do estágio, os alunos sujeitam-se a uma avaliação, tanto dos hospitais locais como da escola envolvida. Assim, os graduados inteiram-se da situação de Macau na área da saúde e preenchem os requisitos para o exercício da profissão de enfermagem. Na realidade, o ingresso em enfermagem exige uma prova escrita, uma entrevista e também um período experimental. A par disso, o pessoal efectivo de enfermagem tem ainda que se sujeitar a provas regulares, e os hospitais fazem bem a fiscalização. O pessoal de enfermagem em efectividade também percebe que as situações de trabalho se modificam constantemente, que os conhecimentos sobre medicina são vastos e que o estágio não é suficiente, por isso, quando começa a trabalhar, participa em diferentes acções de formação, mas, como os enfermeiros trabalham em regime de disponibilidade permanente (ON CALL), precisam de frequentar cursos e de participar em provas e em seminários após o trabalho quotidiano, sem ter a noção do dia ou da noite. Os estudantes e os enfermeiros pediram-me para dizer o seguinte: não têm receio de participar em provas, mas, segundo o que está definido no documento de consulta, será necessário fazer duas provas no espaço de seis meses depois de concluírem o curso? Perguntam: quantas provas precisam de fazer na sua vida para serem considerados aptos? A qualificação profissional nesta área é sempre conseguida através da prestação de provas e o processo de avaliação é fiscalizado, tudo isto, para salvaguardar a qualidade dos cuidados de saúde e não como se diz, que o pessoal de enfermagem não está sujeito a qualquer prova.

O pessoal de enfermagem é só um dos exemplos. Em Macau, existem ainda trabalhadores que não sobressaem, mas trabalham aplicadamente na área da saúde. Para encurtar o tempo de espera de consulta e elevar a qualidade dos cuidados prestados, é necessário efectuar uma reforma no sistema de saúde, mas não é preciso definir exigências rigorosas para torturar e prejudicar o moral dos trabalhadores.

Neste processo, o Governo deve empenhar-se mais para, com uma atitude pragmática e de respeito, e tendo em conta a vida quotidiana da população e as suas exigências, bem como a situação real dos profissionais do sector da saúde, recolher as opiniões destes sobre a criação de uma lei para a inscrição profissional e, só depois, iniciar o respectivo trabalho legislativo, para impulsionar em conjunto a profissionalização desta área. Deve, ainda, estudar o regime de inscrição, isto é, tendo em conta as diferenças das diversas áreas da saúde, definir um regime que se coadune com as necessidades reais dos profissionais, sem ser uniforme para as 15 carreiras. O trabalho dos profissionais de saúde tem grandes implicações no interesse público. A sociedade espera que: a criação deste regime possa contribuir para reforçar a segurança dos cuidados médicos e suprir os recursos humanos locais de saúde; o Governo consiga reforçar os apoios aos profissionais de saúde e, através de diversas medidas, reduzir as discrepâncias entre os enfermeiros das instituições privadas e públicas, para os

jovens poderem ter uma visão sobre o desenvolvimento profissional deste sector e se sentirem mais atraídos por esta área, e manter o desenvolvimento destas profissões, em prol de melhor servir os cidadãos.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 01.04.2015

Com a entrada numa nova conjuntura do desenvolvimento económico, as receitas financeiras de Macau vão, com certeza, diminuir. O pressuposto para garantir o desenvolvimento sustentável é uma situação financeira favorável, e perante a recessão das receitas e o crescimento das despesas indispensáveis, o Governo vai ter de ponderar e reflectir para saber como é que vai concretizar as ideias defendidas nas LAG, no respeitante ao “desenvolvimento económico e melhoria da vida da população”, e ainda como é que vai dar resposta às novas exigências sociais, ao nível do apoio financeiro e da melhoria da qualidade de vida, e ainda como é que vai reforçar a rentabilidade da reserva financeira.

Tanto no programa político eleitoral de 2014 como no relatório das LAG para 2015, o Chefe do Executivo afirma que vai proceder a estudos sobre a criação de um fundo de investimento e desenvolvimento, com vista a aproveitar melhor a reserva financeira de Macau, em prol dos interesses da população. Atendendo à nova conjuntura económica, é necessário assumir uma atitude optimista e ao mesmo tempo prudente, ter consciência da adversidade e adoptar as devidas medidas preventivas, por isso, há que criar aquele fundo, com o objectivo de aproveitar a reserva financeira para impulsionar a diversificação adequada da economia.

A criação do referido Fundo é uma estratégia de desenvolvimento para dinamização da economia, mas há que definir as respectivas políticas complementares, amadurecer as ideias, e antecipar eventuais problemas decorrentes daquele Fundo. Há que definir objectivos, recorrer a métodos altamente profissionalizados, adoptar regras de funcionamento do mercado, usar estratégias de investimento e de exploração diversificadas, e ainda que ter em conta a rentabilidade a longo prazo dos activos. Apelo então ao Governo para gerir bem a reserva financeira e apoiar a estratégia estatal, isto é, a construção “duma via e de uma rota”, no sentido de que o capital seja aplicado em projectos de construção e, de forma adequada, nos investimentos que contribuam para a diversificação económica e para o desenvolvimento de novas indústrias com potencialidade. Há que aproveitar a oportunidade da criação da plataforma económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e as vantagens destes países em termos de recursos, e comprar petróleo, minérios, etc., produtos estratégicos para Macau. Há que reforçar o trabalho conjunto com

estes países, com vista a criar uma conjuntura de cooperação *win win*. O Secretário para a Economia e Finanças disse ontem, nesta Assembleia, que o dinheiro de Macau investido no exterior vai ser gradualmente recuperado, com vista a reforçar a nossa capacidade de resistência ao risco. Esta preparação antecipada para fazer face a eventuais crises e a assunção duma gestão financeira cuidadosa são atitudes do Governo que merecem o meu elogio. De facto, este deve ter como pressuposto beneficiar a população e encontrar diversas formas de investimento com rácios de retorno significativos e riscos equilibrados. Isto vai, com certeza, contribuir para apoiar o desenvolvimento estável das indústrias locais, criar um bom ambiente de negócio, e ainda para formar um bom ciclo de desenvolvimento, concretizando a meta do ajustamento ordenado da estrutura económica.

A estrutura micro da nossa economia está a mudar. Com vista à sua diversificação adequada e ao ajustamento das estratégias de desenvolvimento, o Governo deve prestar mais atenção ao Fundo para o Desenvolvimento do Investimento, e reforçar os estudos para resolver eventuais conflitos e problemas decorrentes da nova conjuntura económica. O Governo deve ainda aproveitar as vantagens do Fórum de Macau para se associar à estratégia estatal “uma via, uma rota”, e para encontrar mais espaços de desenvolvimento para promover a diversificação adequada da economia e melhorar a vida da população. Deve ainda manter os níveis do crescimento económico através da boa utilização dos recursos financeiros, garantir o desenvolvimento sustentável a longo prazo, concretizar o ajustamento ordenado da estrutura económica, e encontrar novos caminhos para o desenvolvimento estável da economia.

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG
CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

No dia 30 de Janeiro do corrente ano, o Secretário da Economia e Finanças declarou neste hemiciclo que as operadoras do Jogo têm de apresentar este ano um calendário para promoverem os seus funcionários locais que estão em posições de base.

Sempre aconteceu e até hoje continua a acontecer que a maioria das operadores do Jogo utilizaram e continuam a utilizar variados tipos de “artimanhas” para contornar estas exigências como por exemplo criar categorias intermédias das categorias já existentes. Muitas das queixas que tenho recebido têm a ver com o facto de os trabalhadores locais que foram promovidos estarem colocados em “prateleiras” sendo estas promoções consideradas como um mero “performance” face às exigências do Governo em promover os trabalhadores locais.

Outra questão muito importante tem a ver com a maioria dos trabalhadores que estão extremamente preocupados com a sua aposentação porque muitos deles já estão em idade avançada e as actuais contribuições de 5% para o regime de previdência procedentes das operadoras de jogo são manifestamente insuficientes para manter a qualidade de vida após aposentados. Por isso os trabalhadores dos casinos esperam que o Governo possa obrigar as operadoras do jogo em aumentarem para 14% as suas contribuições como contrapartidas para a futura renovações dos contratos de Jogos em igualdade com os montantes que o Governo contribui para o regime de previdência dos trabalhadores da função pública. Porque os primeiros não deixam de ser considerados como trabalhadores da função pública para efeitos de responsabilidade criminal no exercício de funções de “croupiers”.

Com a finalidade de proteger a saúde dos trabalhadores dos Jogo, os mesmos esperam que o Governo tenha a coragem de proibir o fumo a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Durante este compasso de espera até data definitiva de proibição geral de fumar dentro dos casinos o Governo deve-se aumentar e melhorar a fiscalização dentro dos casinos principalmente nas salas VIP onde ocorrem a maioria das infracções à legislação em vigor. Na maioria das vezes, estas salas VIP são quase sempre alertadas “a priori” e o resultado das diligências de fiscalização tornam-se infrutíferas.

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

Muitas vezes, alguns jogadores até gozam com os “croupiers” em serviço colocando na mesa fichas de dez mil patacas para efeitos de desconto das multas de 400 patacas por consumo de tabaco continuando a fumar de uma forma impune. As operadoras de Jogo e o Governo assistem impávidos a triste cenário de desrespeito pelo incumprimento contínuo da legislação em vigor.

Há vários anos que temos vindo a reivindicar o pagamento dos subsídios de turnos e nocturnos aos trabalhadores dos casinos que para além do seu não pagamento ainda são na sua maioria “roubados” nas gorjetas oferecidas pelos clientes.

O Governo prometeu rever a legislação laboral dando cumprimento ao princípio de igualdade de tratamento constante no artigo 25º da Lei Básica. O Governo deve igualmente investigar qual o destino das gorjetas e obrigar as operadoras do Jogo a repartir as gorjetas aos seus trabalhadores, sob pena de estarmos numa situação de “enriquecimento sem justa causa” por parte das operadoras de Jogo.

O Governo deve reforçar a vigilância dentro dos casinos da Cotai em que quase todos os dias, grupos organizados de indivíduos com visto de turismo “trabalham” “roubando e enganando” outros jogadores. Quando apanhados em flagrante delito são detidos pelas operadoras de jogo durante algumas horas sem sabermos com que base legal, sendo posteriormente “soltos” e “voltando” novamente aos seus “postos de trabalho” para repetir os mesmos delitos. O Governo deve agir de imediato para por cobro a estas situações que afectam a imagem da RAEM quer a nível local, regional e internacional.

Por último, a DSAL deve agir proactivamente chamando a atenção de algumas operadoras de Jogo para a forma desumana como são elaboradas as escalas de “turnos de trabalho” prolíferas em ilegalidades tais como na não compensação dos feriados obrigatórios de acordo com a lei laboral. Muitas vezes até mudam arbitrariamente as férias dos trabalhadores para que estes não venham a beneficiar dos feriados obrigatórios.

Muito Obrigado!

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 01 de Abril de 2015.**

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 1 de Abril de 2015

O plano de reordenamento dos bairros antigos

O Chefe do Executivo divulgou, há dias, as linhas de acção governativa do novo governo. O plano de reordenamento dos bairros antigos já se arrasta há mais de dez anos, ou seja, há três mandatos do governo, portanto, os moradores daqueles bairros depositavam muita esperança neste novo governo, pensavam que os seus desejos iam ser concretizados, até que ouviram o Chefe do Executivo gastar apenas uma frase para descrever aquele plano, sem nada acrescentar quanto as medidas concretas, portanto, o referido plano ainda está longe de ter vida.

Com vista a dar resposta aos problemas existentes, em 2005 foi anunciado o plano de reordenamento dos bairros antigos, mas a respectiva proposta de lei só foi entregue à AL em 2013, e acabou por ser retirada pelo Governo quando já decorria a sua apreciação. Tivemos, recentemente, a notícia da extinção do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, portanto, volta tudo ao início ao fim de mais dez anos, isto é, nada de avanços quanto ao reordenamento dos bairros antigos. E a chama da esperança dos moradores também se extinguiu. Ainda me lembro de o Governo dizer, quando retirou a proposta de lei, que só ia reapreciar o referido plano depois da entrada em vigor da Lei do planeamento urbanístico, Lei de terras e Lei de Salvaguarda do Património Cultural. Estas leis já entraram em vigor há quase um ano, e mais nenhuma notícia se viu sobre o plano de reordenamento dos bairros antigos. O Governo também não avançou com mais pormenores nas LAG, falou pouco, e assim contornou o assunto. O reordenamento dos bairros antigos é uma das políticas mais importantes para o desenvolvimento de Macau, e apesar dos muitos interesses envolvidos, já reuniu o consenso da sociedade. Veja-se o bairro de Iao Hon, onde a higiene é má, o lixo se acumula à porta dos edifícios sem ninguém ligar, e os insectos proliferam ameaçando a saúde pública. As estruturas dos edifícios estão envelhecidas, há mesmo risco de desabamento, assim como das paredes, e para além disso, são insuficientes as instalações públicas, nomeadamente, os equipamentos contra incêndio, portanto, trata-se duma bomba que pode rebentar a qualquer hora, um risco oculto para a segurança naquela zona. Não nos podemos esquecer do incêndio de há 4 anos, que aconteceu porque se ignoraram os riscos existentes. Os moradores vivem sob risco e entendem que é urgente avançar com o reordenamento para melhorar o ambiente, mas como o Governo não actua, o projecto foi posto de parte há vários anos e a situação não foi resolvida, afectando, gravemente, o dia a dia dos moradores. Em Macau faltam terrenos, portanto, o reordenamento dos bairros antigos pode contribuir para aumentar o número de habitações, através do aumento do número de andares, satisfazendo-se assim, rapidamente, as necessidades habitacionais da população.

O Governo deve apresentar novamente o projecto de reordenamento dos bairros antigos, preocupar-se com as necessidades da população, melhorar a sua qualidade de vida e salvaguardar a segurança dos habitantes dos bairros antigos. E a par desse projecto, há que resolver problemas como o realojamento dos

moradores e o direito de propriedade, a fim de evitar que os acontecimentos da ilha verde voltem a repetir-se.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 01.04.2015

Numa nota de imprensa divulgada recentemente, o IACM (Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais) referiu que, durante uma análise, tinha descoberto bactérias em filetes de salmão fumado e congelado, por isso, apelou aos cidadãos para não os comerem. Os cidadãos não puderam deixar de associar este incidente ao escândalo da carne da *Husi Food Co. Ltd.* e ao caso do óleo de Taiwan de má qualidade. A segurança alimentar é sempre alvo da atenção e preocupação dos residentes.

Segundo a nota de imprensa divulgada, o IACM descobriu, no decurso da importação e de exame, que esse produto tinha problemas, mas, segundo as opiniões que recebi da população, muitos têm dúvidas quanto aos exames efectuados pelo IACM. Desta vez, o local de origem dos produtos é Hong Kong e a produção data de 17 de Março de 2015, mas o IACM só divulgou a nota de imprensa em 28 de Março. Como é que se garantiu que estes produtos não entraram no mercado de venda a retalho e por grosso? O mais importante é que alguns indivíduos que trabalham no sector afirmaram que os referidos produtos já tinham entrado no mercado, através de retalhistas e grossistas, em 20 de Março, mas o IACM só começou a notificar os grossistas para retirarem os produtos a partir do dia 28. Qual foi a quantidade de filetes que entrou no mercado entre os dias 20 e 28 de Março?

Para evitar desentendimentos e a preocupação desnecessária dos cidadãos, e fazer com que estes parem de desconfiar do Governo, espero que o IACM preste uma explicação clara e detalhada aos cidadãos. Aproveito esta ocasião para pedir também ao IACM que reveja as insuficiências existentes nos trabalhos de exame e análise da segurança dos alimentos e que aperfeiçoe na íntegra o seguinte:

1 – A Lei de Segurança Alimentar (Lei n.º 5/2013), publicada em 2013, atribuiu ao IACM competências para fiscalizar a implementação desta lei e definir os critérios de segurança através de regulamentos administrativos. Assim, apelo ao IACM para definir, quanto antes, esses critérios.

2 – Considerando as competências que constam da Lei de Segurança Alimentar, deve proceder-se a uma revisão do trabalho do IACM e do Centro de Segurança Familiar, no sentido de clarificar os trabalhos que carecem ainda de reforço e melhoria.

3 – Os produtos alimentares vivos e frescos, assim como os de origem animal, necessitam de ser declarados e inspeccionados aquando da sua importação para Macau. Apesar disso, o IACM deve também considerar formas para garantir a segurança de outros alimentos não frescos e a utilização segura de aditivos. O IACM não deve depender da certificação e inspecção pelo local de origem dos produtos alimentares, mas definir um regime de inspecção próprio de Macau para a análise dos produtos importados.

4 – Deve ser criado um Conselho de Especialistas de Segurança Alimentar, convidando para participação profissionais especializados em diversas áreas da segurança alimentar, apoiando o IACM na “monitorização e avaliação dos riscos para a segurança alimentar”, na “elaboração de planos de emergência relativos a incidentes de segurança alimentar”, e para este organismo “proceder à investigação e tratamento dos incidentes de segurança alimentar”, com o objectivo de aumentar a confiança da população no sistema de segurança alimentar.

A segurança alimentar é, pois, um assunto de grande importância a todos os níveis, e a base do princípio de “bem servir a população” deve ser a protecção da sua saúde. A garantia da segurança alimentar é também um dever de um Governo responsável.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 01.04.2015

Já existem há muito tempo e continuam por resolver os problemas com as obras públicas, tais como os atrasos graves, as derrapagens financeiras, e a falta de qualidade, entre outros. Há dias, na resposta às questões dos Deputados, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, foi franco e afirmou, nesta Assembleia, que os problemas com as obras públicas de grande dimensão têm de ser resolvidos por via da Lei, da sua execução, da sua fiscalização, etc..

Quanto à avaliação das propostas nos concursos públicos, o preço representa 60%, enquanto a experiência e a qualidade da execução apenas 18%, portanto, o preço é que é o critério para se conseguir a adjudicação. Alguns concessionários conseguem a adjudicação porque apresentam preços mais baixos, mas depois pedem obras complementares e reforços orçamentais. E como não existem mecanismos de fiscalização rigorosos e transparentes, mesmo que não o consigam, originam os problemas referidos, isto é, atrasos, derrapagens orçamentais, e falta de qualidade, entre outros.

Para além disso, o que é mais irracional é que a legislação de Macau permite a introdução de cláusulas penais compensatórias nos contratos das obras públicas, solução esta que é, correntemente, adoptada, em todo o mundo e até nas obras privadas de grande dimensão em Macau. Isto só não acontece com os contratos de obras públicas, e o Governo não recorre a quaisquer outras medidas para acabar com os atrasos das obras. Devido à falta de mecanismos eficazes de indemnização e sancionatórios, e ainda à complexidade dos procedimentos judiciais e aos problemas com o ónus de prova, mesmo que os preços sejam exagerados, não haja data de conclusão, das obras e estas pequem por falta de qualidade, o Governo dificilmente imputa responsabilidades ao construtor, que até continua a poder participar nos concursos públicos. Por isso é que muitos deles não têm medo, portanto, não cumprem datas, as obras têm falta de qualidade, há sempre atrasos e derrapagens orçamentais, situações que levaram a sociedade a perder a confiança na capacidade de fiscalização do Governo.

O Chefe do Executivo afirmou, recentemente, que ia estudar a viabilidade de introduzir essas “cláusulas penais compensatórias”, mas não disse quando. Entendo que, para combater eficazmente os problemas referidos, isto é, os atrasos, as derrapagens orçamentais e a falta de qualidade das obras, o Governo tem, com toda a determinação, de esclarecer o público sobre quando é que aquelas cláusulas vão passar a ser aplicadas. Deve ainda aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização das obras públicas, e reforçar os mecanismos de indemnização e sancionatórios, incluindo factores importantes para a avaliação dos empreiteiros, tais como atrasos nas obras, derrapagens orçamentais, falta de qualidade, acidentes de trabalho graves, contratação de trabalhadores ilegais, salários em atraso e em dívida e má qualidade na execução de obras, e, com base nisto, proibir, por alguns anos, a sua participação em concursos públicos, com vista a reforçar os efeitos dissuasores junto dos empreiteiros que não cumprem os

contratos nem asseguram a qualidade das obras, resolvendo-se assim os diversos defeitos e falhas nas obras públicas.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 01.04.2015

Há dias, o Governo anunciou a reversão, primeiramente, de 5 dos terrenos desaproveitados e, se ninguém recorrer da decisão judicial, pode ser dado início ao planeamento das respectivas finalidades. O Governo avançou, então, um passo ao nível de reaver os terrenos desaproveitados. Segundo o Governo: dos 48 terrenos desaproveitados, 22 encontram-se na fase final da declaração de caducidade, mas, por agora, antes da conclusão dos procedimentos judiciais, a sua finalidade não vai ser revelada. A meu ver, estes devem destinar-se à melhoria da vida da população, nomeadamente, no âmbito da habitação, escolas, saúde, instalações sociais, etc.

Actualmente, a questão da habitação continua a ser o foco da atenção da população. Devido à queda das receitas do jogo durante meses consecutivos, o sector do jogo está a deparar-se com ajustamentos. Recentemente, os preços da habitação privada desceram ligeiramente, mas continuam a ficar além do poder de compra da população, visto que nos últimos anos estes subiram significativamente e de modo excessivo. Como as rendas não sofreram ainda uma queda significativa, a população em geral deseja candidatar-se à atribuição de uma habitação pública. O Governo prometeu que ia construir 28 000 unidades de habitação pública na zona A dos novos aterros, mas a "água que está longe não apaga incêndios". Pelo exposto, o Governo deve acelerar os procedimentos do reaver dos terrenos desaproveitados, e os reavidos devem ser afectos à reserva de terrenos para construção de habitação pública e instalações sociais, no sentido de dar resposta às exigências sociais. Deve ainda antecipar o planeamento dos terrenos com maior possibilidade de serem reavidos, para serem imediatamente aproveitados no momento da reversão, encurtando assim o tempo de espera do devido planeamento.

"Ter habitação, viver feliz e trabalhar com alegria" é um compromisso que o Governo assumiu ao longo dos anos. Perante a grande procura de habitação pública, o Governo deve envidar esforços para conseguir mais terrenos, elevando o grau de transparência das informações sobre habitação pública, definindo o respectivo plano de desenvolvimento para os próximos 10 anos, e fixando claramente o número e a tipologia a construir. Assim, o público consegue aceder às informações de oferta de habitação pública e os jovens podem concretizar o desejo de ter uma habitação, reduzindo assim o pânico na procura de habitação pública. Deve ainda proceder, oportunamente, à melhoria da lei e dos diplomas legais relativos à habitação pública, no sentido de dar resposta às exigências sociais.

Intervenção de Mak Soi Kun – 2015.04.01

Nas comemorações do 15.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria, o Presidente Xi Jinping referiu que “Os jovens são a esperança e o futuro de Macau e da China. Devemos reforçar a educação e a formação dos jovens, para fazer a gloriosa tradição do “Amor à Pátria e a Macau” passar de geração em geração, e a causa “um país, dois sistemas” ser levada adiante. Devemos atribuir grande importância, atenção e amor às novas gerações, e criar condições propícias para o seu crescimento, realização e sucesso”. Pergunto então ao Governo, se acha que o actual ambiente social de Macau continua a ser adequado para o saudável crescimento físico e psicológico dos nossos jovens. Acha? Por outras palavras, como é que podemos criar um ambiente saudável e adequado para o desenvolvimento dos nossos jovens?

Macau vive um rápido desenvolvimento socioeconómico e os jovens são os mais facilmente influenciados pelo ambiente social, portanto, são frequentes os crimes praticados por jovens, tais como, consumo de droga, abuso sexual, roubo, etc.. Nos últimos meses, registaram-se vários casos de abuso sexual: o caso de um médico escolar suspeito de ter apalpado os seios de uma aluna de 12 anos do ensino primário; o caso de um aluno do ensino complementar suspeito de ter violado a sua colega de escola de 17 anos, sua ex-namorada; segundo as notícias, o caso de um agente policial das Forças de Segurança que seduziu raparigas menores que conheceu na internet a trocaram fotografias nuas, e de ter tido relações sexuais com 6 alunas; o caso de suspeito assédio sexual a uma aluna por um professor da Universidade de Macau; e segundo as notícias dos últimos dois dias, o caso de um aluno de 16 anos que violou uma criança de 13, e o caso de um aluno de 16 anos que apalpou os seios a uma grávida.

Nos diversos casos de assédio sexual que se sucederam, ultimamente, estiveram envolvidos indivíduos de idade cada vez mais jovem. Segundo especialistas e académicos, os conflitos sociais têm aumentado exponencialmente com o desenvolvimento económico, então, qual é a explicação para isso? A violação de uma vítima de 13 anos por um indivíduo de 16 anos e o apalpar dos seios de uma grávida por um jovem também de 16 anos constituem delitos sujeitos a punição criminal, nos termos da lei. No entanto, quando a idade do infractor é inferior à estipulada, por exemplo, quando se trata de um jovem menor com menos de 16 anos, qual é a sanção a que vamos sujeitá-lo? Será que o instituto de menores tem conseguido desempenhar o seu papel na reparação da delinquência juvenil? É fundamental ver se esta conduta resulta de influências do meio ambiente ou se advém da desactualização quer do sistema de ensino, quer do regime jurídico de Macau. Os casos referidos demonstram a grande influência que o meio envolvente exerce, a longo prazo, sobre o desenvolvimento dos nossos jovens, ao que se juntam também outros factores prejudiciais ao seu crescimento. Por conseguinte, os casos de assédio sexual vão ser cometidos por indivíduos de idade cada vez menor, e as autoridades ainda não estão alertadas para este fenómeno, no sentido de reajustar o rumo da política de ensino e de rever, atempadamente, a legislação desactualizada. De facto, o crescimento dos

nossos jovens está a ser afectado por toda a problemática social decorrente dos casos ocorridos recentemente. Será que os serviços da área do ensino e jurídica estão a par deste problema social? Devem também acompanhar a situação para resolver, quanto antes, o problema, tendo em conta os diferentes desafios do meio ambiente que se colocam ao crescimento dos jovens. Vão fazê-lo? Se durante o seu crescimento os nossos jovens não tiverem conhecimento correcto dos valores da vida, como é que vai ser garantida a sustentabilidade do desenvolvimento de Macau?

Por isso é que especialistas e académicos sugerem a colaboração entre as autoridades, a família e a sociedade. Por outro lado, é necessário intensificar o combate contra a delinquência juvenil, como a criminalidade sexual cometida por jovens, no sentido de se criarem condições favoráveis para o seu desenvolvimento sustentável. O futuro da sociedade de Macau está nas novas gerações, portanto, o Governo deve ter sentido de risco e ser inovador para resolver os problemas dos jovens de hoje. Apenas deste modo é que as autoridades vão conseguir ir ao encontro das expectativas do Presidente Xi Jinping, isto é, dar mais importância e carinho aos nossos jovens, criando-lhes boas condições de crescimento para se transformarem em talentos e indivíduos bem sucedidos.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 01.04.2015

Desde a tomada de posse do novo governo, os residentes têm discutido se o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes vão querer concretizar a promessa dos seus antecessores, ou até se ainda se lembram dela, sobre a questão habitacional e a gestão de solos. A consulta pública para o plano dos novos aterros urbanos deveria ter tido lugar em Dezembro do ano anterior, mas o novo dirigente adiou o seu lançamento e, de facto, o primeiro trimestre deste ano já passou e ainda não se realizou. O Chefe do Executivo ainda não pôs em prática a sua decisão política para a construção de 28 000 fracções económicas e sociais na Zona A dos novos aterros, nem respondeu à questão sobre a possibilidade de a vida da população ser afectada pela construção desse número de habitações numa zona só, ou seja, alta densidade demográfica. Ultimamente, alguns deputados têm recebido muitas opiniões dos residentes, cuja preocupação é o atraso na construção de habitação por parte do Governo. Sem esse atraso, era possível resolver o problema desta área. Se forem recuperados os terrenos concedidos antes do estabelecimento da RAEM e que ainda estão desaproveitados, designadamente, os que foram destinados a um parque temático e outros envolvidos em corrupção, seria possível construir mais de 30 000 fracções de habitação pública. Se todos os terrenos forem revertidos e forem planeadas zonas habitacionais, isso pode ser um grande contributo para esta matéria. Assim, espero que os novos dirigentes do Governo possam cumprir as promessas respeitantes à gestão de solos e à habitação, respondendo concretamente às solicitações prioritárias.

Iniciaram-se, sob grande atenção da sociedade, os processos de reversão de 22 dos 48 terrenos cujo não aproveitamento foi imputado ao concessionário, e alguns já foram publicados no Boletim Oficial (BO) da RAEM. Eu exorto outra vez o Governo a construir rapidamente fracções de habitação pública, assim que tomar posse dos terrenos desaproveitados, para responder às necessidades habitacionais a médio prazo.

No passado, o Chefe do Executivo prometeu que ia analisar a implementação, nos novos aterros, da política “Terras de Macau destinadas a residentes de Macau” e referiu, na Assembleia Legislativa, que nenhum terreno tinha sido concedido nessa zona. Actualmente, o Chefe do Executivo, deve, para além de decidir, a nível político, a construção de 28 mil fracções de habitação pública na zona A dos novos aterros, decidir ainda a implementação, nesses aterros, da política “Terras de Macau destinadas a residentes de Macau”. Mais, deve ainda incluir esta política na consulta pública, que devia ter sido realizada em Dezembro passado, que foi adiada para o 1.º trimestre deste ano, mas que só vai ser realizada no 1.º semestre do corrente ano, segundo referiu, nas LAG, o Chefe do Executivo.

A médio prazo, o Governo deve reaver terrenos para a construção de habitação pública e, posteriormente, disponibilizar mais habitações públicas nos

novos aterros, pois só assim é que se pode garantir a disponibilização de mais habitações económicas, e o respectivo concurso deve, o mais rápido possível, regressar ao sistema de pontuação.

Se o Governo quer saber o número de habitações económicas necessárias, então não deve armazenar os mais de dez mil impressos que os residentes apresentaram aquando do concurso das habitações económicas. O Governo não deve analisar apenas os dados dos mais de 1000 residentes que conseguiram adquirir uma habitação económica, mas sim analisar os mais de 10 mil impressos apresentados, para conhecer o número exacto de concorrentes que reúnem requisitos para adquirir uma habitação económica.

O Chefe do Executivo, como decisor político, para determinar que vão ser construídas 28 mil habitações públicas na zona A dos novos aterros, deve, quanto antes, ter um plano para disponibilizar instalações suficientes nesta área, com vista a garantir aos residentes a qualidade de vida, e a consulta pública que vai ser feita deve incluir planos para a construção de instalações de saúde, educação e serviços sociais, e ainda de zonas de lazer. Após reaver os terrenos não aproveitados, se o Governo conseguir disponibilizar habitações públicas suficientes e se todas as zonas dos novos aterros conseguirem dar resposta à necessidade de “Terras de Macau destinadas a residentes de Macau”, referente ao “Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes”, então o Governo deve diminuir a densidade populacional da zona A dos novos aterros, com vista a elevar a qualidade de vida.

A população vai avaliar a eficácia das políticas de habitação implementadas pelos novos Secretários, sob liderança do Chefe do Executivo, por isso, o Chefe do Executivo deve ter cuidado para não prejudicar a sua própria honra.

IAOD do Deputado Au Kam San em 01.04.2015

Na sessão de perguntas e respostas ao Chefe do Executivo, apresentei as seguintes questões: Quais são as soluções para a trágica realidade da candidatura de mais de 42 mil famílias às cerca de 1 900 habitações económicas? Uma vez que a candidatura às 28 mil habitações públicas da Zona A dos novos aterros só vai ter lugar depois de terminado o mandato do Chefe do Executivo, ou seja, só em 2019, como é que vai dar resposta às grandes necessidades de habitação económica dos próximos 5 a 8 anos?

O Chefe do Executivo respondeu através das seguintes duas maneiras: 1. “provavelmente, muitas das 42 mil famílias não reúnem os respectivos requisitos”; 2. “como muitas das habitações económicas vendidas estão ainda desocupadas, isto só demonstra que os adquirentes não necessitam com urgência de casas económicas”. Tendo em conta as limitações das regras do jogo, não foi possível questionar a resposta do Chefe do Executivo, por isso, vou agora intervir para fazer o acompanhamento do assunto.

Certamente, nem todas as 42 mil famílias vão reunir os requisitos, mas se 2/3 reunirem, então, são pelo menos 28 mil famílias que estão aptas para adquirir habitações económicas. As 6 mil fracções habitacionais (1 900, mais 4 mil a construir através do desenvolvimento de 5 terrenos, referidos no relatório das LAG) estão ainda muito aquém das expectativas. O Chefe do Executivo não deve de forma irresponsável alegar que “nem todos reúnem requisitos”, para evitar responder à questão da necessidade de habitação económica por parte da nossa sociedade.

O número elevado de habitações económicas vendidas, mas desocupadas, e a baixa ocupação das habitações públicas de Seac Pai Van têm vindo a ser aproveitados para “exagero”, apontando que os adquirentes não têm necessidade de habitação, razão pela qual o Governo pode deixar de construir grande quantidade de casas económicas.

Será que é verdade que existe um elevado número de habitações económicas vendidas, mas desocupadas? Porque é que há baixa ocupação das habitações públicas de Seac Pai Van? Segundo os dados revelados há dias, pelo Instituto de Habitação (IH), até Fevereiro passado, os 6 projectos de habitação económica onde já foi autorizada a respectiva ocupação, contam com um total de mais de 8 400 fracções, 7 087 com chaves entregues aos respectivos proprietários, mais de 5 600 ocupadas e com obras de remodelação, e 1 457 desocupadas, correspondendo a cerca de 20%. O IH apelou aos proprietários que já receberam as chaves para irem morar, quanto antes, nas suas habitações económicas, por forma a não desperdiçar os recursos das habitações públicas.

Projectos de habitação económica (Total)	Fracções vendidas	Fracções com chaves entregues aos proprietários	Fracções ocupadas	Fracções com obras de remodelação	Fracções desocupadas
Edifício da Alameda da Tranquilidade 880	879	879	866	3	10
Edifício do Lago 2703	2617	2603	2386	38	179
Edifício Cheng Chong 500	499	495	383	54	58
Edifício Koi Nga 1824	1414	1405	490	229	686
Edifício Ip Heng 2153	1820	1364	677	238	449
Edifício On Son 366	342	341	258	8	75
Total 8426	7571	7087	5060	570	1457

Foi divulgada, finalmente, a tal elevada taxa de desocupação que, afinal, é só de 20%. Importa referir que esta taxa só abrange até Fevereiro deste ano, portanto, se calhar há pessoas que ainda não estão a viver na sua casa, porque receberam as chaves há menos de um mês, o que provavelmente é insuficiente para fazer obras de remodelação. Mas casos destes são considerados como desperdício dos recursos de habitação económica. Obviamente, isto é mesmo injusto. Com base nos números referidos, podemos verificar que em Seac Pai Van a taxa de desocupação das habitações públicas é maior. (Alguém até disse que ia mostrar aos jornalistas, à noite, as novas habitações económicas em Seac Pai Van, para provar que estão desocupadas. Obviamente, é um exagero propositado.) Como sabemos, os 6 projectos em causa foram concluídos em finais de 2012, ou seja, há 27 meses. Relativamente às 2 153 fracções do Edifício Ip Heng (das quais, 1 544 foram erradamente transformadas em T1 e acabaram por se destinar a uma nova candidatura em Março de 2013 e, em Fevereiro de 2014, foi realizado o respectivo sorteio), mais de 330, até à data, ainda não foram vendidas. Entretanto, o IH ainda retém as chaves de cerca de 500 fracções já vendidas. Recebi várias queixas dos sorteados que conseguiram um T1 no ano passado, porque, apesar de ter sido feita a

celebração do documento comprovativo da compra, estão a transformar-se em fósseis por já estarem à espera há um ano, uma vez que o IH não quer ainda entregar as chaves. No Edifício Koi Nga, também há mais de 400 fracções por vender. Ao longo destes 27 meses, há quem esteja à espera de casa e há casas à espera de donos. Agora, quem é que está a desperdiçar os recursos de habitação pública?

Na referida divulgação, o IH não revelou a situação da ocupação do Edifício Lok Kuan, mas, como já vimos, há ainda prédios que continuam vazios. O Edifício Lok Kuan, que ficou concluído no final de 2012, tem cerca de 4 600 fracções. Passados 14 meses, ou seja, no final de Fevereiro de 2014, o IH tinha arrendado menos de 1 900 fracções (inicialmente, o organismo tinha prometido que, por mês, 400 famílias podiam receber casa, mas afinal isso só aconteceu com cerca de 100). Decorreu mais um ano, e penso que ainda há mais de mil fracções por ocupar. Ora, as famílias que reúnem condições para arrendar habitação social têm sempre péssimas condições económicas e, durante o período de espera para receber a fracção social, continuam a suportar rendas elevadas, mas o IH distribui as fracções sociais a um “ritmo de tartaruga”, não se importando com a vida da população. Então, quem é que está a desperdiçar os recursos da habitação pública?

Se calhar isto pode explicar porque é que há tantas fracções vazias na habitação pública de Seac Pai Van. Será esta a prova de que há aquisição abusiva das fracções? Ou será a prova de que os dirigentes estão a protelar a distribuição das casas? Ou será a prova de que os dirigentes e os empresários estão a fazer uma encenação, afirmando que os residentes não têm muita necessidade de habitação pública?

Solicito ao Chefe do Executivo que não diga palavras bonitas nem arranje quaisquer pretextos e que aumente a construção de habitação pública nos próximos cinco anos, para dar resposta às grandes necessidades dos residentes.

IAOD do Deputado Vong Hin Fai em 01.04.2015

O Chefe do Executivo recorreu recentemente ao Regulamento Administrativo n.º 2/2015 para introduzir alterações no Regulamento Administrativo n.º 3/2014, a fim de extinguir o secretariado do Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) e consagrar a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes como entidade que passa a prestar apoio técnico-administrativo ao CPU. Mais tarde, algumas associações fizeram participações ao Comissariado contra a Corrupção (CCAC), afirmando que havia suspeita de ilegalidade nessa extinção. Face às participações, o CCAC apresentou respostas, nas quais afirma que as alterações introduzidas no Regulamento Administrativo n.º 3/2014, através do Regulamento Administrativo n.º 2/2015, não violaram a Lei n.º 12/2013, ou seja, a “Lei do planeamento urbanístico”, e a Lei n.º 13/2009 -“Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas”, nem o “princípio de legalidade” consagrado no Código do Procedimento Administrativo.

Apesar de o Governo ter prestado esclarecimentos face às dúvidas e de o CCAC ter apresentado respostas às participações, o certo é que continuam a existir opiniões que discordam dos esclarecimentos do Governo e das respostas do CCAC, pois consideram que não foram claros os fundamentos jurídicos e que foi feita uma interpretação excessivamente restritiva e superficial. Porém, há reservas quanto a estas dúvidas e críticas.

Primeiro, a extinção do secretariado é, sob uma visão política, um acto que demonstra claramente que o novo Governo da RAEM está a assumir uma atitude activa na realização das promessas assumidas pelo Chefe do Executivo no seu programa de candidatura, sobretudo, quanto ao capítulo “*administração social*”, que tinha a ver com reestruturação do Governo. Recentemente, a Administração extinguiu também o secretariado da Comissão de Acompanhamento da Rede de Infra-estruturas do Sistema de Saúde (os Serviços de Saúde passaram a prestar apoio técnico-administrativo à Comissão) e o cargo de secretário-geral do Conselho para o Desenvolvimento Económico (a Direcção dos Serviços de Economia passou a prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho). Podemos observar que o Governo tem envidado esforços para elevar a eficiência da gestão administrativa, com vista a prosseguir a meta “*racionalização de quadros e simplificação administrativa*”.

Quanto à legalidade, a extinção do secretariado do CPU foi uma medida de alteração e reajustamento da estrutura administrativa. Segundo a Lei n.º 13/2009 – “Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas”, que define a hierarquia legislativa, o Chefe do Executivo pode proceder a esse reajustamento através de regulamento administrativo independente. Por outro lado, o Regulamento Administrativo n.º 2/2015 não veio alterar os “projectos de diplomas legais e regulamentares no domínio do planeamento urbanístico”, assim, em termos substantivos, não houve necessidade de consultar o CPU. Com base nessas duas justificações jurídicas, pode-se afirmar que o Conselho Executivo possui a necessária competência legal para aprovar a referida proposta de

alteração, para depois ser publicada no Boletim Oficial pelo Chefe do Executivo no uso do seu poder.

Quer nos termos da Lei n.º 12/2013 (“Lei do planeamento urbanístico”), quer nos termos do artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 3/2014 (Conselho do Planeamento Urbanístico), o secretariado era apenas responsável pela prestação do necessário apoio técnico-administrativo e logístico ao CPU, e não existe nenhum diploma legislativo ou regulamentar que atribua ao referido secretariado qualquer competência de fiscalização, apreciação ou decisão. Pelo contrário, por não ter essa competência legal, se o secretariado tivesse exercido o poder de fiscalização ou de decisão sobre algum conteúdo substantivo no domínio do planeamento urbanístico, é que teria havido uma violação do “princípio da legalidade” definido pelo artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo (isto é, os órgãos da Administração Pública apenas podem exercer os poderes atribuídos pela lei no seu sentido lato). Assim, a extinção do secretariado do CPU não afectou de modo algum os poderes que foram atribuídos a este Conselho, tanto pela Lei do Planeamento Urbanístico como pelo Regulamento Administrativo n.º 3/2014.